

*A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis,
um estudo sobre 'História de quinze dias'.*

Symbolic violence in chronicles by Machado de Assis,
the study of 'History of fifteen days'.

Antonio Euclides Vega de Pitombeira

Universidade Federal do Ceará

Nogueira HOLANDA

Université Lyon 2 Lumière

Ana Marcia Alves Siqueira

Universidade Federal do Ceará

Jean Paulo Giusti

Université Lyon 2 Lumière

Resumo: O trabalho analisa a questão da violência no ciclo de crônicas machadianas intitulada 'História de quinze dias', escritas entre 1876 e 1878. Utilizando aportes teóricos provenientes de Bourdieu e Ginzburg, o texto demonstra como o cronista destaca as relações de violência simbólica inseridas dentro de seu texto, revelando, desta forma, a opressão da elite face os escravos e agregados. A partir da leitura e análise desses textos, é possível descortinar a natureza violenta da sociedade carioca do último quartel do século XIX.

Palavras-chave: Crônica. Machado de Assis. Violência simbólica.

Abstract: This work analyzes the issue of violence in the chronicles written by Machado de Assis between 1876 and 1878 and entitled 'History of fifteen days'. From the theoretical contributions of Bourdieu and Ginzburg, the text demonstrates how the chronicler highlights the symbolic violence relations inserted within his text. The goal is to reveal the oppression of the elite towards slaves and the minor classes. From the reading and analysis of these texts, it is possible to show the violent nature of the society of Rio de Janeiro in the last quarter of the 19th century.

Keywords: Chronicle. Machado de Assis. Symbolic violence.

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

72

DORINE Madame eut, avant-hier, la fièvre jusqu'au soir, Avec un mal de tête étrange à concevoir.

ORGON Et Tartuffe?

DORINE Tartuffe? Il se porte à merveille, Gros, et gras, le teint frais, et la bouche vermeille.

ORGON Le pauvre homme! (MONTESQUIEU, Tartuffe)

No século XX, com as experiências traumáticas das duas grandes guerras, estabeleceu-se um novo paradigma na percepção e análise do que seja violência. Estava evidente, já ao fim da segunda grande guerra, que a violência e o terror humano podiam ter escalas e impactos universais. O número de mortos e a magnitude das devastações, no período que Hobsbawm (1995) chamou de “era da catástrofe”, colocam a questão da violência como um elemento central. A gravidade desses acontecimentos é exemplificada com o surgimento de um tipo especial de crime: aquele cometido contra a humanidade¹. Essa transformação conceitual não se deu em razão do ineditismo da violência na história, mas por causa do poder e devastação que as ações de violência passaram a ter durante o século XX.

Em face desse poder de destruição, a violência ganha centralidade nos estudos sociais, sendo percebida como elemento específico relacionado ao poder dentro das sociedades. Esses estudos, então, revelam que a violência não é um fenômeno encontrado apenas nos embates entre Estados, em momentos de guerra, ou em situações de desrupturas. A violência, pelo contrário, atua na forma como os equilíbrios de poder se sustentam dentro de uma sociedade. Os sujeitos movimentam-se conforme um esquema de regras e comportamentos permitidos. A partir da percepção de uma violência como elemento estruturante da organização social, diversas análises dessas forças foram descritas.

Arendt (2006), ao articular as noções de poder, saber e controle, afirma que a violência é uma forma de manifestação de poder. A partir dessa noção, é possível então compreender a violência como elemento organizador das relações sociais. Weber (2004) apresenta a violência

1 O conceito de crime contra a humanidade não é uma estrutura relacionada diretamente a um viés filosófico de tradição kantiana, em que se propõe todo crime como um ataque à relação contratual que une os pares da humanidade. Sua concepção ontológica se relaciona, mesmo assim, à noção de um tipo de conduta que afeta tanto a natureza do ser humano como agride a condição humana em sua essência. O propósito desse artigo não é uma análise jurídica, é ainda assim relevante observar que aqui se usa a expressão “crimes contra a humanidade” como metonímia do artigo 5º do Estatuto da Corte de Roma (BRASIL, 2002).

como a última ferramenta de sanção dentro do sistema de imposição estatal. Para ele, a violência é característica do Estado, a quem recai o monopólio do uso da força como forma capaz de coibir a desobediência das regras. Nessa linha, apenas ao Estado cabe empregar a violência para impor sua vontade. Foucault (1990) observa que a institucionalização da violência não está manifesta apenas pelo uso da força por meio do estado, mas que esta se reproduz em todo o plano social a partir da institucionalização de agentes autorizados a conformar as atitudes dos cidadãos. Desta forma, demonstra similaridades entre instituições distintas, como hospícios, presídios e escolas.

Entretanto, ainda que poder e violência estejam intimamente relacionados, é evidente que nem todo poder se expressa pela força, da mesma forma que nem toda violência é física. A violência é um fenômeno social; como tal, tem vertentes econômicas, políticas e artísticas. Neste sentido, a questão de como a violência é representada na arte, na cultura, na literatura, de como ela se prolonga e se manifesta com o passar dos anos é relevante para o estudo das obras, mas também para a própria teoria literária.

Bourdieu (1998) descreve como o autor, e suas obras, participa de uma mercado simbólico com representações de ideias e manifestações de poder. A posição de um autor lança, no campo literário, uma formação de conceitos que dialogam e trocam correspondências com as demais manifestações simbólicas da sociedade, podendo, por fim, ser institucionalizada como forma de manifestação de poder simbólico.

A representação da violência na literatura² perpassa três elementos: o autor, o leitor, o gênero textual. Esses elementos configuram o núcleo de um sistema literário em determinado momento, e sua articulação revela as interações de poder. O autor é o elemento que se coloca frente a questão da violência, escolhendo como vai representá-la em sua obra. Enquanto o autor é produtor, o leitor é influenciador da mensagem, já que ele é o sujeito a quem se destina a mensagem. Ambos, em conjunto, enquanto sujeitos, são participantes da configuração de violência.

2 O sistema e a economia de trocas simbólicas proposto por Bourdieu (2011) atua para além do plano literário, podendo ser utilizado para as demais formações artísticas, bem como para as estruturas institucionalizadas, como escola e ensino. Apesar dessa amplitude, nesse trabalho, o ponto central de análise será construído a partir do fenômeno literário e de sua relação com o plano social.

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

74

Dentro de um sistema literário, é na possibilidade de diálogo entre esses dois elementos que se estabelecem as regras artísticas do que é produzido. Essas regras são expressas no jogo de leitura que os gêneros textuais conduzem enquanto substrato de contato entre os dois sujeitos. As modificações nos gêneros acompanham as modificações nas percepções artísticas dentro da sociedade, demonstrando como não é possível nem compreender a representação da violência sem levar em conta as condições sociais e políticas de uma sociedade, nem entender as formas de violência na literatura sem entender a relação de poder entre o sistema literário e o sistema político.

Se a epistemologia de conhecimento sobre a violência tem grande avanço no século XX, a origem principal da violência que permeia a realidade brasileira tem sua formação histórica na colonização e no século XIX. A escravidão e a herança de desigualdades que deixou são os motivos centrais das questões de violência e abuso de poder que ainda maculam a realidade nacional. O presente artigo analisa a representação da violência, sua origem e marca central, em algumas crônicas de Machado de Assis. A fim de mostrar as marcas dessa violência, busca-se não sua representação ficcional, mas seu retrato cotidiano. Para isso, apontando notas sobre os romances, são analisadas as crônicas do ciclo *Histórias de quinze Dias*, publicadas na *Revista Ilustração Brasileira* entre 1876 e 1878.

A literatura brasileira a partir do espectro da violência, a representação da violência como um ponto fulcral.

O sistema literário é um equilíbrio dinâmico entre seus elementos, principalmente autor, leitor, obra e tradição. Se os dois primeiros estão em pleno diálogo por meio do trânsito das obras, o último elemento - a tradição - é uma forma de substrato comum conhecido por todas as partes, é um terceiro ponto do diálogo, referencial a quem participa do jogo comunicativo. A percepção desse jogo resulta na transferência dos símbolos e dos signos literários ao longo da história. Dessa maneira, as manifestações literárias presentes são, em parte, vinculadas à tradição, portanto ao conjunto histórico da violência. A volta ao século XIX, momento de formação da autonomia do sistema literário brasileiro, torna-se, para os estudos de violência na literatura brasileira, o ponto nodal para compreender a representação de violência como elemento universal e nacional. Afinal, nesse momento se decide construir a autonomia

sem se revolucionar contra as situações materiais existentes. Essa mudança dentro das mesmas bases permitiu que se perpetuassem as desigualdades. A partir desse momento histórico, reforçam-se as barreiras ao acesso de minorias:

A tradição patriarcal e escravista foi responsável, em sua violência estrutural, pelo estabelecimento de dificuldades para mulheres, negros e pobres receberem condições concretas para a produção literária, incluindo acesso à escolarização, respeitabilidade e reconhecimento dentro de políticas editoriais. (GINZBURG, 2012, p.217)

Dentro da caminhada de autonomia por que passava o estado brasileiro, vários são os elementos que marcam distinções entre Brasil e Portugal. Por certo a língua e os novos caminhos da literatura revelam passos novos; contudo, a principal diferença nas duas trajetórias é a organização social e a manutenção do sistema servil. O sistema literário autônomo brasileiro atingiu, com Machado de Assis (SCHWARZ, 2008), um ponto literário definidor; é quando transforma-se o local em universal. No entanto, manteve as condições próprias do sistema brasileiro opressivo e desigual. Este é determinado a partir das relações de força e poder, do domínio³ das classes abastadas sobre todas as demais:

Examinada nas suas relações, a população de *Dom Casmurro* compõe uma *parentela*, uma dessas grandes moléculas sociais características do Brasil tradicional. No centro está um proprietário mais considerável - inicialmente dona Glória -, cercado de parentes, dependentes, aderentes e escravos, todos mais ou menos atados à vontade e aos obséquios daquele. (SCHWARZ, 2006, p.18)

Sendo Machado de Assis o ponto de formação, ou de autonomia, da literatura nacional, e tendo a questão da violência e do poder um aspecto central na formação desse sistema de arte, é relevante discutir

3 A relação da arte com a violência a partir dessa estrutura social é tão forte que os manuais de literatura simplificam as relações e as análises a partir do quão próximas ou distantes as obras e os autores estão das questões sociais. Assim, poetas condoreiros seriam os mais socialmente engajados, enquanto os parnasianos seriam escapistas que presam a forma ao conteúdo. Evidentemente que essas simplificações não são válidas, mas revelam um cenário de como a questão do jogo de poder, e portanto da violência, é central no debate da arte nacional.

Antonio Euclides
Vegade Pitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

76

como o autor representa a violência em suas obras de ficção e, principalmente, como dialoga, enquanto cronista, com os leitores dos periódicos em que escrevia. Essa perspectiva é especialmente rica por possibilitar a análise de um projeto de educação pelo jornal para um público carente de refinamento cultural e informação crítica, proporcionadas de maneira leve e indireta pelo escritor, como será visto adiante.

A representação da violência na crônica de Machado de Assis.

No romance machadiano, as estruturas semânticas do enredo são ora de natureza mimética⁴, ora de natureza alegórica. A vida de Brás Cubas mimetiza satiricamente⁵ a elite rentista, em que o poder material está estabelecido e arraigado, faltando-lhes o sucesso entre os pares, a nomeada. O pai de Brás Cubas cria uma origem para a família que a afasta de um passado pobre. Da mesma forma, ele pretende casar o filho com a finalidade de que lhe seja construída uma rota de destaque na vida pública. Ainda que Brás Cubas não tenha vocação política, o sucesso entre os pares é a única forma de poder ainda não atingida pela família, motivo por que deve ser almejado.

Tal como seu pai, o 'defunto-autor' também procura a nomeada, que é a causa final de sua morte. Segundo Brás Cubas, ele morreria na busca do emplasto, panaceia de muitos males, que traria fama ao nome do seu criador. O leitor bem sabe que o remédio é inútil. Da mesma forma, é inexistente a sinceridade do amigo, a quem foram testamentadas vinte apólices, que lhe dirige belas palavras no dia do enterro. A sátira do enredo mimetiza os acontecimentos da sociedade brasileira e reproduz as relações de poder, bem como a violência que resulta desse sistema de controle.

Se a ficção mimetiza uma realidade, a crônica está calcada no real, no universo do leitor, não como uma recriação, mas como uma reprodução comentada. Ao contrário do universo mimetizado da ficção, em que a representação do mundo é uma solução estética de captura do leitor, a crônica representa a realidade a partir de um processo de

4 Embora seja uma generalização, é possível compreender a oposição entre Romantismo e Realismo também como uma oposição entre esferas estéticas, ou graus de representação entre alegoria e mímesis. Embora as obras condoreiras (ou grandes romances de Victor Hugo) revelem uma mímesis do mundo, obras como *Iracema*, por exemplo, são uma forte alegoria de formação, que se opõe, esteticamente, a formas Realistas, como *O crime do padre Amaro*.

5 Facioli (2008) é um dos vários críticos que analisam *Memórias póstumas de Brás Cubas* a partir da sua relação com a sátira menepéica, revelando que há, entre obra e leitor, um jogo de humor e crítica.

subtração. Cronista e leitor compartilham o mesmo substrato da informação, eles habitam a mesma cidade e têm acesso ao mesmo conjunto de conhecimentos. Dentre as notícias, o cronista seleciona as que lhe parecem importantes, subtraindo eventos e selecionando destaques representativos de uma sociedade.

A carreira de cronista de Machado de Assis foi longa, atravessando três décadas. Ela também foi multifária. O escritor produziu crônicas em colunas isoladas, em colunas anônimas, em companhia (em um projeto a várias mãos), escreveu crônicas de forma dramática e mesmo em versos. O cronista Machado de Assis tem, em cada um de seus ciclos de crônicas, um programa de escrita que se alinha a um projeto maior, ligado à sua filosofia da arte. A concepção maior do cronista Machado de Assis é a defesa de um projeto de “educação pelo jornal”. Ao longo da carreira de cronista, o escritor promove uma série de valores simbólicos que entende serem benéficos para a sociedade e para seus leitores. Esse projeto maior convive com o programa estruturado para cada ciclo de crônicas. Em cada ciclo, isto é, em cada um do conjunto de colunas publicadas nos diversos periódicos, os textos abordam assuntos específicos, que variam entre si. Apesar dessa variação, os textos relacionam-se em um plano maior dentro de uma concepção específica de ver e comentar o mundo.

O universo que Machado cronista compartilha com o leitor, isto é o Brasil e o Rio de Janeiro, variaram muito ao longo da vida do escritor. Dentre as muitas mudanças, eles viram a caminhada do abolicionismo, a Guerra do Paraguai e o fim do regime monárquico. Em razão de tanta variedade, é evidente que a forma de representar violência varia ao longo de cada ciclo de crônicas, sendo então necessário delimitar qual período e ciclo se deve analisar. No presente texto, foi analisado o ciclo de crônicas *Histórias de quinze dias*, escritas por Machado de Assis, para a *Revista Ilustração Brasileira*, sob o pseudônimo de Manassés, entre 1876 e 1878. Não há nenhuma evidência que o uso desse pseudônimo tenha sido em razão de garantir o anonimato do cronista. Pelo contrário, as referências biográficas do conjunto das crônicas revela bem que o autor era conhecido e se deixava conhecer, confiante de que suas posições o colocavam em favor de certos ideais, como se verá na sequência do trabalho

Este ciclo tem um Machado de Assis mais próximo dos romances maduros, que não é adepto de vociferações críticas ou estruturas panfletárias. Uma leitura biográfica dos textos não ficcionais de Machado de Assis, principalmente crônicas e críticas literárias, sugere um autor

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre ‘História de quinze dias’.

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

78

muito fortemente crítico em seus primeiros textos. No ciclo de *O espelho* (1859), Machado de Assis, antes de apresentar a tese de ‘Reforma pelo jornal’, escreve quatro crônicas críticas a tipos sociais, como o empregado público e o folhetinista. Nessa linha, segue a tradição de La Bruyère. Com o avançar dos anos, a crônica machadiana se tornou mais humorística e menos ácida, evitando embates frontais. Uma exceção a essa amenização do discurso pode ser encontrada na crítica a *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, publicada em 1878. Contudo, embora seja costumeiro observar que Machado foi bastante ríspido em seu ataque ao português, AUTOR (2013) observa que o autor brasileiro pretendia debater a construção estética do romance, analisando seus elementos estruturais e sua vinculação à estética Realista.

O ciclo de crônicas de *Histórias de quinze dias* tem como programa principal comentar a recepção e a circulação das notícias na cidade do Rio de Janeiro. Os eventos teatrais, as principais notícias do mundo e o noticiário mais prosaico são elementos de formação dos comentários de Manassés. A forma destes são textos quinzenais⁶ divididos e numerados⁷. Essa organização das ideias produz nas crônicas desse ciclo um “trânsito contínuo entre o banal, o insignificante, o fugidio humano e social da hora e do dia com os problemas decisivos de princípios e fins da humanidade praticamente sem mediação” (FACIOLI, 2008, p.56).

Além dessa forma, o programa das crônicas estabelece um regime tácito com o leitor, em que um círculo de vozes, de ideias, de pensamentos participam do diálogo, cada um trazendo um elemento de sua preocupação, ou, mais propriamente, de seu universo. Essas vozes ora são sátiras e ironias de Manassés, ora são pensamentos de terceiros, indivíduos anônimos que reproduzem, a partir de sua configuração de valores, um tipo. Esse cenário da conversa amigável, quase íntima, mas também pública, é a natureza que o cronista estabelece para a crônica:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do

6 Ao fim do ciclo de textos para a Revista Ilustração Brasileira, a coluna torna-se mensal, passando a se chamar História de trinta dias. Apesar dessa mudança, o ciclo de crônicas é o mesmo, não havendo razão para tratar os dois momentos como etapas distintas na carreira do cronista.

7 Apenas uma crônica foge a esse esquema.

dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. Que eu, sabedor ou conjeturador de tão alta prosápia, queira repetir o meio de que lançaram mãos as duas avós do cronista, é realmente cometer uma trivialidade: e contudo, leitor, seria difícil falar desta quinzena sem dar à canícula o lugar de honra que lhe compete. Seria; mas eu dispensarei esse meio quase tão velho como o mundo, para somente dizer que a verdade mais incontestável que achei debaixo do sol, é que ninguém se deve queixar, porque cada pessoa é sempre mais feliz do que outra.

Não afirmo sem prova.

Fui há dias a um cemitério, a um enterro, logo de manhã, num dia ardente como todos os diabos e suas respectivas habitações. Em volta de mim ouvia o estribilho geral: — Que calor! que sol! é de rachar passarinho! é de fazer um homem doido! Íamos em carros; apeamo-nos à porta do cemitério e caminhamos um longo pedaço. O sol das onze horas batia de chapa em todos nós; mas sem tirarmos os chapéus, abríamos os de sol e seguíamos a suar até o lugar onde devia verificar-se o enterramento. Naquele lugar esbarramos com seis ou oito homens ocupados em abrir covas: estavam de cabeça descoberta, a erguer e fazer cair a enxada. Nós enterramos o morto, voltamos nos carros, e daí às nossas casas ou repartições. E eles? Lá os achamos, lá os deixamos, ao sol, de cabeça descoberta, a trabalhar com a enxada. Se o sol nos fazia mal, que não faria àqueles pobres diabos, durante todas as horas quentes do dia? (ASSIS, 2009, p.252)

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre 'História de quinze dias'.

79

Nessa definição de crônica, além de um espaço onde se trata do cotidiano público e da vida privada, há também uma relação de igualdade entre os falantes, entre as vozes, entre o leitor e o autor. A alegoria das vizinhas⁸ que conversam sobre um terceiro, revela que autor e leitor

8 Atualmente, uma crítica de gênero talvez questionasse a relação entre as mulheres que debatem a vizinhança enquanto o vizinho, assunto delas, trabalha. Embora não se negue essa possibilidade de leitura, as formas e os significados subentendidos dessas relações de gênero não devem ser deduzidas

Antonio Euclides
Vegade Pitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

80

conversam sobre alguém de seu convívio, ou pelo menos, de seu círculo de notícias. Revela-se uma igualdade no sistema de crônicas proposto pelo próprio autor. A partir do momento que se descobre quem lê as crônicas de Manassés, fica definido o conjunto de assuntos e elementos que rondam a mesa de conversa.

A análise do ciclo de crônicas revela uma repetição de tópicos e questões. O cenário cultural, principalmente as companhias líricas, as corridas e os jogos, além do teatro, ganham bastante destaque. Em parte em razão da comoção que segue o anúncio, a chegada e a temporada de exibição das companhias. As eleições e alguns debates políticos também surgem como elementos recorrentes, embora não haja, entre 1876-1878, nenhum assunto político que ganhe popularidade nas ruas. Um terceiro tema recorrente são as notícias internacionais, principalmente a Guerra entre Rússia e Império Otomano, embora novidades da Europa, dos vizinhos, do México e dos Estados Unidos também sejam mencionados. Por fim, há as diversas notícias nacionais. A chegada de bondes, os sinos das igrejas, o calçamento de ruas, algumas notícias vindas do Ceará, um boato no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma plêiade de notícias provincianas ou cotidianas que revelam muito do espírito do leitor.

Porque comenta tantos elementos e eventos da cidade do Rio de Janeiro, o cronista Manassés consegue representar o cotidiano cultural da cidade; além disso, seus textos revelam a forma como os elementos simbólicos são representados e valorados dentro da comunidade. Nesse sentido, a crônica se torna um retrato, uma representação dos jogos de poder da cidade; e por trás desses jogos de poder, revela-se a violência que perpassa as relações sociais. Por vezes, essa representação ganha cor de denunciamento, principalmente quando dirigida aos corpos sociais mais amplos. No entanto, no caso de Manassés, o que acontece com muita frequência é um jogo de poder representado e uma violência simbólica preservada no substrato, cabendo ao leitor refletir a fim de chegar à conclusão do que é justo, ou adequado.

A violência simbólica é um conceito social elaborado por Pierre Bourdieu (2004) para descrever o processo em que a classe economicamente dominante impõe sua cultura aos dominados. Segundo o autor, o sistema simbólico de uma determinada cultura constitui uma cons-

apenas dessa passagem. O uso de alegoria, as estruturas plurissignificativas e a persecução de um significado mais escondido sugerem que as questões de poder e gênero, também em Machado, são mais complexas do que a primeira aparência.

trução social, cuja manutenção é fundamental para a perpetuação da sociedade. A ação de interiorização da cultura por todos os seus membros é nomeada “dominação simbólica”. Esta se expressa na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, porque não se percebe como vítima neste processo, longe disso, compreende a situação como natural e inevitável. Essa concepção implica uma forma de coação baseada no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica.

Um exemplo é a posição do cronista sobre a Lei do Ventre Livre. Aprovada em 1871, a lei previu a formação de um fundo para a emancipação de escravos, cujo objetivo seria comprar alforrias de escravos. Machado de Assis trabalhou com essa questão enquanto funcionário do ministério da agricultura.

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre ‘História de quinze dias’.

81

Desde a Lei do Ventre Livre, em 1871, [Machado] vinha redigindo pareceres em favor dos escravos libertos. Em 21 de julho de 1876, o chefe da segunda seção do Ministério da Agricultura examinou o caso do dono de escravos no município de Resende que não os havia matriculado a tempo, mas conseguido sentença favorável à sua propriedade em ação ordinária; e escreveu que aquela era “uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as partes e disposições” e, logo, os libertos não podiam ser restituídos à escravidão. (PIZA, 2008, p.175)

Agora, passado o tempo para a implementação do fundo, o cronista reclama por sua real efetivação e atuação.

De interesse geral é o fundo da emancipação, pelo qual se acham libertados em alguns municípios 230 escravos. Só em alguns municípios!

Esperemos que o número será grande quando a libertação estiver feita em todo o império. A lei de 28 de setembro fez agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns trinta anos antes estávamos em outras condições.

Mas há 30 anos, não veio a lei, mas vinham ainda escravos, por contrabando, e vendiam-se às escancaras no Valongo. Além da

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

82

venda, havia o calabouço. Um homem do meu conhecimento suspira pelo azorrague.

— Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: «Anda diabo, não estás assim pelo que eu fiz!» — Hoje...

E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito. *Le pauvre homme!* (ASSIS, 2009, p.111)

Se o apelo revela a posição política do escritor, mais interessante é o que a crônica retrata sobre a escravidão dentro da sociedade. A noção de lei e poder sofre um desvio na situação brasileira. Se cabe ao estado fazer valer a lei, nessa passagem Manassés retoma uma questão espinhosa: ‘a lei não viera’, isto é, não se fizera valer; e ainda se aportavam escravos no cais de Valongo, muito embora o tráfico negreiro estivesse proibido. Embora a lei que tenha posto fim ao tráfico negreiro atlântico no Brasil tenha sido promulgada em 1850, “pelo tratado anglo-brasileiro de 1826, todo o tráfico escravo brasileiro se tornou ilegal em março de 1830” (BETHELL, 2012, p.142), tendo sido aprovada uma lei em 1831 que ratificava os termos desse tratado. Como observa o “pobre homem”, havia um tempo em que a lei vinha tão-somente àquele que era senhor; não se chamando a polícia para quem batia e violentava um escravo.

Ao rememorar os eventos de 1871, quando dos debates da Lei do Ventre-Livre, o cronista acaba revelando como a sociedade parecia se mover contra a escravidão, mas também como esse movimento era lento, inacabado, refém da classe abastada. Esse grupo, conquanto aponte questões externas para a ausência de desenvolvimento, ou para a necessidade de manutenção da escravidão, ocupa-se, realmente, de seu bem-estar, como depreende-se da ironia com que o cronista comenta a chegada da companhia lírica:

Sobre cinco pessoas com quem a gente fala, três pedem notícias da companhia lírica. Todos os ouvidos amolam os dentes para petiscar os manjares da mais fina cozinha musical. Algumas cousas nos faltava há muito tempo; uns diziam que eram capitais, outros que braços à lavoura. Era engano: faltava-nos música (ASSIS, 2009, p.91)

O cenário que surge desse conjunto é o de uma sociedade satisfeita com a desigualdade e violência características do sistema de escravidão. No plano político, o poder desloca-se completamente dos debates sobre a abolição para questões do cotidiano das elites. A começar com pelas temporadas líricas e teatrais, passando pelos jogos de poder - eleição e reforma eleitoral -, e chegando aos eventos internacionais. Esses grupos de eventos, juntamente com os acontecimentos peculiares, revelam a preocupação fixa do leitor das crônicas.

Esse grupo leitor deve ser bem entendido como um grupo de elite cultural, política e econômica. Como o próprio Manassés comenta, o censo do país revela que o universo de leitores é diminuto, o que faz com que esse grupo seja privilegiado economicamente. Socialmente esse grupo também pertence à elite cultural, capaz de ler e debater as obras e os informes, além de ser a classe política por excelência, uma vez que o voto está limitado àqueles que podem ler.

O leitor de Manassés comporta-se dentro de um *habitus*, em que os papéis sociais são mais relevantes do que as manifestações intelectuais. O conceito de *habitus* em Bourdieu indica um complexo de ações e comportamentos socializados dentro de uma tradição. Não se confunde com habitual, já que as formas promovidas no *habitus* se formam a partir de uma forma estabelecida, embora não o seja de forma institucional. Trata-se de um sistema de disposições reguladas que permite ao indivíduo se mover e interpretar ações no plano social (BOURDIEU, 1998). Essa é, pelo menos, uma das explicações para a transição da questão da abolição para debates mais centrados no próprio segmento da elite nacional. No sentido mais pontual da análise, encontra-se um leitor de Manassés evidentemente atento mais aos comportamentos de seu grupo social do que a questões amplas. Como tal, as manifestações de poder desse grupo social atinge um paroxismo de interesse de demonstrar poder dentro do próprio grupo.

O poder é representado de duas formas: a econômica e a simbólica. Se a primeira é evidente, a segunda é uma questão mais controversa. O poder simbólico, na sociedade retratada e que se sente representada nas crônicas de Manassés, é manifestado pela fama entre iguais. Sendo todos de uma elite, as condutas são feitas para que o agente seja distinto dentre iguais, seja reconhecido. Esse desejo não implica na produção e no engrandecimento de condutas, pelo contrário.

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre 'História de quinze dias'.

Antonio Euclides
Vegade Pitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

84

[A] ordem terceira de S. Francisco da Penitência inaugurou um monumento à memória dos fundadores da ordem, Luís de Figueiredo e D. Anna Carneiro.

Não vem cedo esse monumento, mas também não vem tarde. Dois séculos dentre eles e nós dão à memória do dois piedosos fundadores aquela poeira necessária à veneração. Se eles tivessem morrido em 1860, isto é, quando eu ainda me lembrassem de os ter visto dançar em casa do subdelegado Fulano, o monumento perdia muito de prestígio. (ASSIS, 2009, p.70)

O trecho é uma crítica de Manassés ao desejo de nomeada. Nomeada é a concepção de atos generosos capazes de chamar a atenção, seu objetivo é destacar a pessoa produtora do ato, não celebrar a conduta. Há um elemento moral nessa crítica. O cronista sugere que não há generosidade interessada; revelando o cinismo moral de um grupo social e, principalmente, representando o jogo de poder que existe na elite carioca.

A crítica também revela um *habitus* da classe abastada. A demonstração de poder e de domínio dentro da sociedade é feita de forma vertical, por meio de demonstrações de violência - real, econômica, ou simbólica -, ou de forma horizontal, a partir de um jogo de vaidades entre os membros da mesma classe. Os cidadãos da classe alta querem ser assunto de notícias, querem ser notados. Assim, a sede de nomeada revela tanto o desejo como a violência que acompanha o exercício de poder da elite brasileira.

Essa representação de violência, como costuma acontecer no caso de Machado de Assis, dá-se a partir do silêncio. Há uma oposição entre a função das classes baixas e dos escravos e seu aparecimento no texto. Enquanto “a mão de obra da lavoura” é um assunto relevante, ou foi durante os debates da Lei do Ventre Livre, a figura dos escravos não aparece no cotidiano da vida carioca. Esse apagamento é surpreendente, já que suas existências perpassam todo o cotidiano da vida na cidade. Ele revela também a representação da violência simbólica da sociedade da corte. Segundo Bourdieu:

é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar

a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (2004, p.11).

O testamento como última forma de nomeada

Nas crônicas de *Histórias de quinze dias*, assim como em *Memórias póstumas de Brás Cubas*⁹, as menções a escravidão são raras, mais rara ainda é a presença dos escravos. Embora sujeitos do cotidiano carioca, como revela o censo¹⁰ de 1872, sua aparição nas crônicas é quase inexistente, sempre atrelados a uma forma de poder.

As alforrias pessoais são ações manifestas de poder e violência. O senhor individualiza o direito de liberdade, que é garantido apenas àquele escravo em particular. Não se trata de uma ação humana, pelo contrário, é uma forma de atrair a atenção para si, por vezes fingindo uma virtude que não existe.

(...) O anônimo da Santa Casa é o homem do Evangelho. Imagino-o com dois traços principais: o espírito de caridade, que deve ser e é anônimo, e um certo desdém para com os clarins da Fama, os rufos de tambor, os pífanos da publicidade. Pois bem, esses dois traços característicos são duas forças. Quem as tem possui já de si uma grande riqueza. E saiba agora o leitor que o ato do benfeitor da Santa Casa inspirou a um amigo meu um ato bonito.

Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: «Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas.»

Coisas da mão direita!

Vai senão quando, o *Jornal do Comércio* dá notícia do ato anônimo da Santa Casa da Misericórdia, de que foi único confidente o seu

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre ‘História de quinze dias’.

9 A palavra escravo surge no romance 12 vezes.

10 “E por falar neste animal [burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler.” (crônica de 15 de agosto de 1876)

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

86

ilustre provedor. O meu amigo recuou; não mandou a notícia às gazetas. Somente, a cada conhecido que encontra acha ocasião de dizer que já não tem a Clarimunda.

— Morreu?

— Oh! Não!

— Libertaste-a?

— Falemos de outra coisa, interrompe ele vivamente, vais hoje ao teatro?

Exigir mais seria cruel. (ASSIS, 2009, p.210)

Manassés revela que o escravo alforriado já tinha trabalhado o bastante para que o seu senhor tivesse lucro na transação. O real interesse na alforria não está na gratidão, menos ainda no sentimento de justiça; mas resta tão-somente no desejo de ganhar fama, mostrar-se como um bom homem. A relação entre o senhor e escravo apresenta vários níveis de violência. A primeira é uma violência ontológica, que revela como o escravo não é, em nenhum momento, um indivíduo pleno. Isso também se mostra no caso de Pancrácio, em *Memórias póstumas*, que continua obedecendo ao antigo senhor mesmo depois de alforriado.

Brás Cubas vê a si na atitude do antigo escravo, como se ele fosse “o pai”, sua mentalidade se estendendo na do antigo criado. Esse paralelo demonstra que a essa elite, o mundo gira ao redor de seus interesses, mas principalmente o conhecimento do mundo também é feito a partir de sua própria lupa. A liberdade não significa nada se não for para beneficiar ao senhor; a conduta do ex-escravo é explicada a partir da vida do senhor. A violência ontológica que nega a existência do outro tem então uma natureza também epistemológica: o mundo é conhecido a partir da medida do senhor, personalista e interessado.

A proximidade entre ‘defunto-autor’ e o ‘amigo do cronista’ destaca como o romance reproduz a sua época no que tem de mais profundo: a mentalidade da elite escravocrata. A violência, por sua vez, precisa ser notada pelo leitor, que deve ser capaz de perceber o absurdo da situação retratada. O cronista revela os caminhos de leitura, sendo ironicamente crítico. Ainda assim, está evidente que, ao leitor, o comentário importa pela notícia; revela-se, também, como um conselho: não se deve buscar a fama a partir de ações mesquinhas.

Um outro exemplo é o do “amigo do cronista” que vai ao baile da secretaria de Estrangeiros.

Um amigo meu recusa dançar há seis semanas, com o plausível motivo de que não quer gastar as pernas. Só fala em francês para conversar com os diplomatas, estuda a questão do Oriente para dizer alguma coisa ao ministro da Inglaterra. Traz de cor a frase com que há de cortejar o ministro da Itália e o chefe da legação pontifícia. Ao primeiro dirá: *Itália farà da sè*. Ao segundo: *Super hanc petram...*

Não é um amigo, é um manual de conversação. (ASSIS, 2009, p.85)

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre 'História de quinze dias'.

Esse senhor se prepara há semanas para ser notado e conversar com todos os homens importantes que estarão no baile. Os “amigos do cronista” buscam serem notados, percebidos, mostrarem-se dentro da sociedade, revelando o valor de quem priva com homens célebres. Revelam também uma natureza vaidosa, buscando insistentemente serem notados. O jogo político é uma encenação, as falas e as participações que a personagem planeja contêm nada além de vaidade. As questões que trata são todas distantes do cotidiano, irrelevantes para o dia a dia da política nacional. Também distante estão os escravos, que, se servem os convidados do baile, não são lembrados como assunto, menos ainda como sujeitos.

O uso de “amigos” é uma forma de transfigurar a sociedade. Cronista e leitor compartilham o mesmo universo; mas, nesse momento, quem revela a notícia, a novidade, o caso, é o cronista. Dentro da parábola das “avós da crônica”, ele está contando um boato, e como tal, uma representação não plena da realidade. A crônica entra no campo da ficção, ainda que essa criação não seja desconectada do universo compartilhado entre leitor e cronista.

A representação dessa sociedade movida pela vaidade não é apenas ficcional, já que o Manassés comenta notícias dessa vaidade levada às últimas consequências. Assim, dois exemplos de testamentos mostram tanto a violência dos senhores abastados, como o desejo de ver saciada a vaidade. O primeiro testamento é de agosto de 1876:

No meio de tanta novidade — azeite herculano, ópera italiana, liberdade turca, não quis ficar atrás o Sr. Luís Sacchi. Não conheci Luís Sacchi; li porém o testamento que ele deixou e os jornais deram a lume.

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

88

Ali diz o finado que seu corpo deve ir em rede para o cemitério, levado por seus escravos, e que na sepultura há de se lhe gravar este epitáfio: “*Aqui jaz Luís Sacchi que pela sua sorte foi original em vida e quis sê-lo depois da sua morte*”. Gosto disto! A morte é coisa tão geralmente triste, que não se perde nada em que alguma vez apareça alegre. Luís Sacchi não quis fazer do seu passamento um quinto ato de tragédia, uma coisa lúgubre, obrigada a sangue e lágrimas. Era vulgar: ele queria separar-se do vulgo. Que fez? Inventou um epitáfio, talvez pretensioso, mas jovial. Depois dividiu a fortuna entre os escravos, deixou o resto aos parentes, embrulhou-se na rede e foi dormir no cemitério.

Não direi que haja profunda originalidade neste modo de retirar-se do mundo. Mas, em suma, a intenção é que salva, e se o reino dos céus também é dos originais, lá deve estar o testador italiano.

Amém! (ASSIS, 2009, p.78)

O segundo testamento é de novembro daquele mesmo ano:

[O] assunto de que mais se ocupou este bom povo, sem falar nas eleições, foi o testamento do Sr. José dos Santos Almeida..

Santos Almeida deixou dois legados, um dos quais passou sem que ninguém reparasse nele, e o outro deu muito o que falar; foi este o legado dos 300\$ a cada uma de quatro mulheres brancas das mais mundanas que se encontrarem. Comenta-se de diferentes modos esta ideia de Santos Almeida; uns querem que fosse piedade, outros que não passasse de uma intenção grotesca, uma maneira de rir da morte e desmoralizar os testamentos.

Estou que uns e outros estão em erro. Santos Almeida nem quis ser pio (podia sê-lo em vida e com mais segurança de execução) nem quis rir da morte. O que ele quis foi isto mesmo: foi que se falasse, comentasse, interpretasse, louvasse ou condenasse. Se não mete a cláusula no testamento, ninguém falava do testador; assim fala-se e ele não se despede às escondidas. Era catraieiro; devo crer que laborioso, porque deixou uma fortuna menos má; foi honrado; deu bons exemplos. Não obstante isso, ninguém o conhecia, ninguém falava nele.

-Ah! pensou o finado. Eu arranjarei meio de ocupar toda esta cidade durante oito dias.

E inventou o legado das mulheres mundanas. E toda a cidade não falou em outra cousa; a curiosidade pública pôs os óculos, abriu os ouvidos, ouviu, leu, comentou; Santos Almeida é célebre, é o leão do dia; seu nome ecoa nas lojas, nas ruas, nas salas. Santos Almeida *for ever!*

Além desse legado, outro houve que me deu muito o que pensar: é o de 500\$ ao seu empregado José Silveira, por apelido Jeitoso. Nunca uma alcunha foi menos cabida do que esta. Desastrado Silveira! Pois vmc. é fino, tem modos, sabe viver, adquire à custa de muita habilidade uma alcunha que lhe dá o direito a entrar na diplomacia, e no cabo de tudo caem-lhe apenas 500\$000? Que jeito é o seu Sr. Jeitoso? Diga-me: que faria vmc. se fosse simplesmente desastrado, seco, estafador do próximo? (ASSIS, 2009, p.128)

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre 'História de quinze dias'.

89

Os testamentos revelam a mesma violência simbólica, com os recortes sociais bem definidos. Homens livres, escravos, funcionários e até prostitutas são obrigadas a depender de uma vaidade excêntrica para encontrarem ou a liberdade ou algum alento financeiro. O objetivo dessas últimas vontades é destacar o falecido dentre os demais de seu grupo, revelando, novamente, uma sede de nomeada e uma vaidade extravagantes. O jogo de poder acompanha a morte, revelando o desejo de ser notado, tal qual o 'amigo do cronista' no baile.

A violência simbólica, por sua vez, é patente. Escravos, homens livres, prostitutas, todos aqueles que não são os leitores da notícia, são objetos da violência. Igualados como inferiores, aos olhos dos falecidos, esses grupos são apenas objetos para se atingir um objetivo: virar notícia. Os senhores conseguem seus propósitos, sendo mencionados nas notícias e comentados nas crônicas. Manassés, contudo, não deixa de revelar sua crítica a essa conduta, demonstrando como, ao buscar a celebridade dessa forma, o que se atinge mesmo é o ridículo.

A posição do cronista, como tem sido o caso em todos esses exemplos, aponta para duas realidades. Para o leitor real, público do jornal, ele aponta a crítica na intenção de educá-lo a perceber que essa conduta é ridícula em si. A celebridade pela notícia fácil não é equivalente à relevância dos feitos dos grandes homens. Para o leitor hipotético, geral, a crítica é mais profunda que a feita ao comportamento. A representação da violência simbólica não escapa a uma reflexão atenta, revelando como a sociedade precisa encontrar seus grandes dramas sociais resolvidos.

Antonio Euclides
VegadePitombeira

Nogueira
HOLANDA

Ana Marcia
Alves Siqueira

Jean Paulo Giusti

90

Conclusão

Quando se debate a representação da violência na cultura brasileira, é preciso ter em mente que o fenômeno da violência se divide em duas categorias amplas. Por um lado, há a violência visível, aquela que se revela como a imposição de força sobre alguém. Essa violência, que acontece em vários cenários, situações e ocasiões, mostra uma sociedade profundamente disfuncional, em que os sujeitos são capazes de cometer barbaridades e, muitas vezes, se relacionam a partir de elementos de violência. Por outro lado, a violência simbólica faz-se invisível, negando a representação de setores inteiros da sociedade. Seu apagamento, no entanto, não é uma falha de representação, isto é, não se pode apontar para o escritor como se ele tivesse esquecido de retratar aquela condição. Seu pagamento é, pelo menos no caso de Machado de Assis, o próprio modelo mimético.

Assim, o cronista do cotidiano carioca revela seu universo a partir de uma representação pela ausência. A falta de elementos das demais classes sociais revela como o leitor - elite letrada - ignora afasta de si os demais personagens sociais. Esse aparecem tão somente como elementos de suas vontades, para justificar a sua manifestação própria de poder. Os subalternos, sejam eles funcionário, pessoas livres ou escravos, só são mencionados para o leitor como forma de demonstrar a dominação escancarada na sociedade. Isso não significa, como fica demonstrado pelo tom crítico, que o cronista concorda com essa realidade de poder. Pelo contrário, Machado denuncia essa violência, a partir de uma desconstrução irônica da própria fundamentação do poder da classe dominante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Corte de Roma**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acessado em: 07 jan. 2020

ASSIS, Machado de. **Histórias de quinze dias**. Org. Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: **Obras completas em quatro volumes**. Org. Aluizio Leite et al. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. V1.

_____. **O espelho**. Org. João Roberto Faria. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Sobre la violencia**. Trad. Guillermo Solana. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: **A construção nacional: 1830-1889**. Col. História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art** : genèse et structure du champ littéraire. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 7ªed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Org. Sergio Miceli. 7ªed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FACIOLI, Valentim. **Um defunto estrambótico**: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas. 2ªed. São Paulo: Nankin; Edusp, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 2ªed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

AUTOR 2013.

LA BRUYÈRE. *Les caractères*. Paris : Folio, 2016.

PIZA, Daniel. **Machado de Assis**: um gênio brasileiro. 3ªed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

A violência simbólica nas crônicas de Machado de Assis, um estudo sobre 'História de quinze dias'.

*Antonio Euclides
Vegade Pitombeira*

*Nogueira
HOLANDA*

*Ana Marcia
Alves Siqueira*

Jean Paulo Giusti

92

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. 4ªed. São Paulo: Duas cidades; Ed 34, 2008.

_____. **Duas meninas.** 2ªed. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.